Presidência

PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 375, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

Revoga a Portaria CNJ n. 221/2022, que institui Grupo de Trabalho para realização de estudos e elaboração de propostas sobre a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 440/2022.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido no Processo SEI n. 05720/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria CNJ n. 221/2022, que institui Grupo de Trabalho para realização de estudos e elaboração de propostas sobre a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 440/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 383, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

Revoga a Portaria CNJ n. 43/2019, que nomeia os membros do Comitê Gestor do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a superveniência da IN n. 86/2021, que dispõe sobre a governança e a gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais do Conselho Nacional de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria CNJ n. 43/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

Secretaria Geral

Secretaria Processual

PJE

INTIMAÇÃO

N. 0001663-42.2022.2.00.0000 - PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - A: MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO. Adv(s).: PA19905 - LUIS ANTONIO GOMES DE SOUZA MONTEIRO DE BRITO. R: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - TRT 8. Adv(s).: Nao Consta Advogado. Conselho Nacional de Justiça Autos: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0001663-42.2022.2.00.0000 Requerente: MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO Requerido: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - TRT 8 RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. INCIDÊNCIA DE TETO REMUNERATÓRIO PREVISTO NO ART. 37, XI, DA CF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 602.284 DF. TEMA 359 CUMPRIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORDEM PROFERIDA PELO TCU. SATISFAÇÃO DE INTERESSE MERAMENTE INDIVIDUAL. ATUAÇÃO DO CONSELHO INVIABILIZADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Recurso administrativo interposto contra decisão terminativa que declarou a improcedência manifesta da pretensão destituída de interesse geral e determinou o arquivamento liminar dos autos. 2. A pretensão deduzida no presente procedimento restringe-se à esfera de interesses do postulante, buscando satisfazer reivindicação nitidamente individual, o que afasta a atuação deste Conselho, nos termos de sua jurisprudência pacífica e consolidada. 3. Outrossim, descabe ao CNJ atuar como mera instância recursal, de modo a interferir em toda e qualquer questão administrativa que envolva os tribunais. 4. Inexistência de elementos ou fatos novos hábeis a reformar a decisão impugnada. 5. Recurso conhecido e, no mérito, desprovido. ACÓRDÃO Após o voto do Conselheiro Mário Goulart Maia (vistor), o Conselho, por maioria, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Mário Goulart Maia, que dava provimento ao recurso e julgava procedente o pedido. Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber. Plenário Virtual, 27 de outubro de 2022. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Luiz Fux (então Presidente), Luis Felipe Salomão, Vieira de Mello Filho, Mauro Pereira Martins, Salise Sanchotene, Jane Granzoto, Richard Pae Kim, Marcio Luiz Freitas, Giovanni Olsson, Sidney Madruga, João Paulo Schoucair, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, Marcello Terto, Mário Goulart Maia e Luiz Fernando Bandeira de Mello (Relator). Conselho Nacional de Justiça Autos: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0001663-42.2022.2.00.0000 Requerente: MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO Requerido: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - TRT 8 RELATÓRIO Trata-se de Recurso Administrativo interposto por Maria Luiz Nobre de Brito contra decisão monocrática que não conheceu pedido inicial em sede de Procedimento de Controle Administrativo por ela ajuizado contra o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Na petição inicial, a parte autora questionou decisão administrativa proferida pelo TRT8, que determinou a incidência do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, sobre a soma das duas parcelas remuneratórias percebidas. Alegou que a decisão combatida, ainda que lastreada em precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, foi implementada sem manifestação prévia da requerente e desconsiderou dissenso jurisprudencial sobre a matéria. Requereu a concessão de medida antecipatória dos efeitos da tutela final para determinar o restabelecimento do pagamento integral dos dois benefícios a que faz jus. No mérito, requer a declaração de nulidade da decisão que decotou dos proventos recebidos a parcela que excede o subsídio mensal em espécie dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A liminar pleiteada pela parte autora foi indeferida por ausência de periculum in mora, tendo em vista que a decisão impugnada foi proferida em 9 de abril de 2021, quase um ano antes do ajuizamento deste Procedimento de Controle Administrativo. Intimado para prestar informações, o TRT8 relatou que, em cumprimento ao acórdão proferido pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário n. 602.284 DF - Tema 359, após regular tramitação de processo administrativo, determinou a incidência de teto ao somatório de valores percebidos a título de remuneração, proventos e pensão pela magistrada, aplicando o redutor a partir de agosto de 2021. Comunicou à Universidade Federal do Pará, por ordem do Tribunal de Contas da União, a decisão administrativa impugnada, posto que a parte autora ainda recebe outras duas pensões, sendo uma paga pela citada instituição e outra de origem militar. Em razão do arquivamento dos autos (id 4740158), a análise do pedido liminar foi prejudicada. Inconformada, a parte autora interpôs recurso administrativo (id 4756044), repisando os argumentos lançados na petição inicial, além de rebater que seu pedido seja destituído de interesse geral e insistir na ocorrência de violação às garantias do contraditório e da ampla defesa na condução do processo administrativo pelo tribunal requerido. Reiterou que a decisão proferida pelo TRT8 alterou o cálculo do valor das aposentadorias e pensões no âmbito do Poder Judiciário em relação aos magistrados, a partir de decisão proferida pelos tribunais superiores que se refere aos servidores, desrespeitando as garantidas da magistratura. Ao final, pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso administrativo, a fim de que a decisão monocrática seja reformada e seus pedidos iniciais acolhidos. Em contrarrazões (id 4767104), o TRT8 destacou que não houve ofensa ao devido processo legal e ressaltou que a matéria em debate interessa especificamente à recorrente. É o relatório. Luiz Fernando BANDEIRA de Mello Conselheiro Relator Conselho Nacional de Justiça Autos: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0001663-42.2022.2.00.0000 Requerente: MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO Requerido: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - TRT 8 VOTO Conheço do recurso administrativo interposto, por atender aos requisitos do art. 115 do Regimento Interno. Contudo, não vislumbro razões para modificar a decisão anteriormente proferida. Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo proposto por Maria Luiza Nobre de Brito, juíza do trabalho aposentada e pensionista, representada pelo seu curador, contra decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), que determinou a incidência do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil sobre a soma das duas parcelas remuneratórias por ela percebidas, em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União. Em que pesem as considerações da recorrente, não vejo como acolher a pretensão de reforma da decisão monocrática proferida, que possui o seguinte teor: Insurge-se a requerente contra decisão administrativa que determinou a aplicação de abate-teto ao somatório de valores remuneratórios pagos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (proventos e pensão). Cumpre destacar que a competência do CNJ para controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário fica adstrita às hipóteses que ultrapassem os interesses individuais da parte, em face da relevância institucional, dos impactos para o sistema de justiça e da repercussão social da matéria, em conformidade com o entendimento externado no Enunciado Administrativo CNJ n. 17, de 10 de setembro de 2018: Não cabe ao CNJ o exame de pretensões de natureza individual, desprovidas de interesse geral, compreendido este sempre que a questão ultrapassar os interesses subjetivos da parte em face da relevância institucional, dos impactos para o sistema de justiça e da repercussão social da matéria. Extraio o elucidativo excerto